

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**Elera Renováveis Participações S.A. e suas
controladas**

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Elera Renováveis Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elera Renováveis Participações S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elera Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP 015.199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ 116.384/O

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	68	25	82.286	59.102
Contas a receber	4	1.142	-	311.348	314.656
Estoques		-	-	29.458	27.215
Dividendos a receber	26	76.028	131.303	9.456	13.028
Impostos a recuperar		30	28	50.422	51.406
Despesas antecipadas	6	-	-	5.210	5.748
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	120.769	45.723
Outros		-	-	10.416	21.981
Total do ativo circulante		77.268	131.356	619.365	538.859
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	8	-	-	28.638	29.560
Contas a receber - Indenização	7	-	-	79.283	79.283
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	60.773	-
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	-	-	14.779	15.770
Investimento	10	2.015.293	2.059.371	69.380	75.015
Imobilizado	11	-	-	2.983.989	3.202.091
Ativo financeiro	12	-	-	17.907	15.979
Intangível	13	-	-	76.820	94.747
Arrendamento	14	-	-	20.885	29.713
Depósitos judiciais		17	5	24.240	21.542
Total do ativo não circulante		2.015.310	2.059.376	3.376.694	3.563.700
Total do ativo		2.092.578	2.190.732	3.996.059	4.102.559

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	15	1.074	2	119.160	126.457
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	796.449	-	885.990	107.575
Impostos e contribuições a recolher		272	-	30.106	26.920
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	10	-	-	2.466	2.440
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	110.463	40.072
Instrumento financeiro		696	-	696	-
Salários e encargos sociais		-	-	36.125	39.733
Dividendos a pagar	25	18.819	153.227	40.780	199.788
Arrendamento	14	-	-	8.055	8.644
Outras contas a pagar		-	-	2.018	5.984
Total do passivo circulante		817.310	153.229	1.235.859	557.613
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	853.818	928.414
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	-	-	8.032	12.866
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	61.403	-
Impostos diferidos	24	-	-	19.963	26.249
Provisão para contingências	17	2	-	41.450	17.955
Arrendamento	14	-	-	15.530	23.727
Outras contas a pagar		-	-	1.453	1.955
Total do passivo não circulante		2	-	1.001.649	1.011.166
Patrimônio líquido					
Capital social	18	297.885	901.439	297.885	901.439
Perda em transações de capital	18	(15.042)	(15.042)	(15.042)	(15.042)
Reservas de lucros	18	225.680	360.240	225.680	360.240
Ajustes de avaliação patrimonial	18	766.743	790.866	766.743	790.866
		1.275.266	2.037.503	1.275.266	2.037.503
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	483.285	496.277
Total do patrimônio líquido		1.275.266	2.037.503	1.758.551	2.533.780
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.092.578	2.190.732	3.996.059	4.102.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	20	-	-	1.434.045	1.512.987
Custo de geração de energia	21	-	-	(795.859)	(974.722)
Lucro bruto		-	-	638.186	538.265
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21	(188)	(564)	(162.602)	(153.035)
Resultado com equivalência patrimonial	10	239.733	319.391	18.911	24.570
Outras (despesas) receitas operacionais	22	(2)	-	(70.374)	60.561
		239.543	318.827	(214.065)	(67.904)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		239.543	318.827	424.121	470.361
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	4.552	-	43.993	36.322
Despesas financeiras	23	(3.288)	(1)	(142.935)	(135.531)
		1.264	(1)	(98.942)	(99.209)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		240.807	318.826	325.179	371.152
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	(232)	-	(32.888)	(31.267)
Diferido	24	-	-	6.286	19.112
		(232)	-	(26.602)	(12.155)
Lucro líquido do exercício		240.575	318.826	298.577	358.997
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Controladora		240.575	318.826	240.575	318.826
Acionistas não controladores	19	-	-	58.002	40.171
Lucro básico por ação		0,23	0.30	0,23	0.34
Lucro diluído por ação		0,29	0.30	0,29	0.34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	240.575	318.826	325.857	358.997
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluo de caixa líquido de impostos	(696)	-	(696)	-
Total de resultados abrangentes do exercício	239.879	318.826	325.161	358.997
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	240.575	318.826	272.595	318.826
Acionistas não controladores	-	-	53.262	40.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Capital social	Perda em transações de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	901.439	(15.042)	79.615	224.098	819.297	-	-	2.009.407	36.042	2.045.449
Realização da avaliação patrimonial	18.c	-	-	-	(21.431)	-	21.431	-	-	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	18.d	-	-	-	(208.009)	-	-	(208.009)	-	(208.009)
Impostos sobre a Reavaliação Positiva - Braúna	18.c	-	-	-	(7.000)	-	-	(7.000)	(1.574)	(8.574)
Incorporação de Itiquira pela Elera	-	-	-	-	-	-	-	-	449.281	449.281
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.877)	(8.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	318.826	318.826	40.171	358.997
Constituição de reserva legal	18.b	-	15.941	-	-	-	(15.941)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	-	-	-	-	-	(75.721)	(75.721)	(18.767)	(94.488)
Reserva de dividendos complementares	18.d	-	-	-	248.595	-	(248.595)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	901.439	(15.042)	95.556	264.684	790.866	-	-	2.037.503	496.277	2.533.780
Redução de capital ocorrida no exercício	-	(603.554)	-	-	-	-	-	(603.554)	-	(603.554)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	18.d	-	-	-	(264.684)	-	-	(264.684)	-	(264.684)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.347)	(57.347)
Amortização reserva de reavaliação	-	-	-	-	(24.123)	-	24.123	-	-	-
Resultado líquido do hedge de fluxo de caixa	16	-	-	-	-	(696)	-	(696)	-	(696)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	240.575	240.575	58.002	298.577
Reversão de reserva legal	18.b	-	(35.979)	35.979	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	-	-	-	-	-	(133.878)	(133.878)	(13.647)	(147.525)
Reserva de dividendos complementares	18.d	-	-	-	130.820	-	(130.820)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	297.885	(15.042)	59.577	166.799	766.743	(696)	-	1.275.266	483.285	1.758.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		240.575	318.826	298.577	358.997
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	9, 10, 11, 12 e 13	-	-	252.944	142.682
Encargos financeiros, líquidos	9 e 16	853	-	129.607	124.770
Depreciação de arrendamento	14	-	-	10.023	8.285
Juros sobre arrendamento	14	-	-	3.282	3.166
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 13	-	-	9.583	8.787
Baixa de arrendamento	14	-	-	-	(1.917)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(239.733)	(319.391)	(18.911)	(24.570)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	5	-	-	(4.025)	(14.534)
Provisão para contingências	17	2	-	23.495	1.820
Instrumentos financeiros derivativos		696	-	696	-
Impairment		-	-	27.743	-
Atualização de Ativo Financeiro	11	-	-	(2.853)	-
Variação cambial em empréstimos	16	(4.404)	-	(4.404)	-
Impostos diferidos	24	-	-	(6.286)	(19.112)
Atualização monetária do UBP e ativo financeiro	9 e 12	-	-	631	(151)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		(1.142)	-	3.308	30.798
Contas a receber - Indenização		-	-	-	(79.283)
Estoques		-	-	(2.243)	(400)
Impostos a recuperar		(2)	1	984	6.323
Despesas antecipadas		-	-	538	353
Depósitos judiciais		(12)	-	(2.698)	-
Outros		-	(5)	11.565	(8.115)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		1.072	(39)	(7.297)	(24.450)
Salários e encargos sociais		-	-	(3.608)	3.557
Impostos e contribuições a recolher		272	(3)	3.186	(2.527)
Uso do Bem Público (UBP) - direito de outorga		-	-	(5.225)	(4.935)
Outras contas a pagar		-	-	(4.468)	(129)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.823)	(611)	714.145	509.415
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	922	6.947
Dividendos recebidos		295.744	199.005	28.114	18.291
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	12	-	-	711	12.931
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	11 e 13	-	-	(53.250)	(115.073)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		295.744	199.005	(23.503)	(76.904)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	800.000	-	800.000	6.532
Amortização de despesa de contratação	16	-	-	(5.273)	664
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16	-	-	(103.689)	(193.104)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	16	-	-	(112.422)	(99.509)
Dividendos pagos		(490.324)	(198.495)	(629.257)	(230.627)
Pagamento de principal e juros de arrendamento	14	-	-	(13.263)	(9.671)
Redução de capital	18	(603.554)	-	(603.554)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(293.878)	(198.495)	(667.458)	(525.715)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		43	(101)	23.184	(93.204)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		25	126	59.102	108.728
Adição de caixa por incorporação de Itiquira		-	-	-	43.577
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		68	25	82.286	59.102
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		43	(101)	23.184	(93.204)
Informações complementares:					
Valores pagos de IR:		-	-	16.442	14.046
Valores pagos de CS:		-	-	8.924	7.331
Adição de imobilizado sem efeito caixa de São Luiz		-	-	-	26.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Elera Renováveis Participações S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “BERPAR”) é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, em especial sociedades que objetivem a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e termoeletricas, anteriormente denominada Elera Renováveis Participações S.A. A Sociedade foi constituída por uma Assembleia Geral de Constituição ocorrida em 10 de setembro de 2007.

Suas empresas controladas atuam no segmento de construção, implantação, manutenção, operação e exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), e de Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) e estão apresentados na nota explicativa 11.

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Rio Pedrinho, BEMG, Água Clara, ECCS, Salto Natal, Riachão, Rio Pomba, Rio Glória, Rio Manhuaçu, Grapon, São Geraldo, Salto Jaurú, Lumbrás, Ponte Alta, Pezzi, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II, Lagoa Azul, Serra Negra, Caçador, Cotiporã e Linha Emília detêm autorizações de geração outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
<i>Passo do Meio</i>	30,00	227/2000	Out/2033	<i>Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS</i>
<i>Pedrinho I</i>	16,20	39/1999	Out/2033	<i>Boa Ventura de São Roque - PR</i>
<i>Anna Maria</i>	1,68	7/2000	Jul/2031	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Guary</i>	5,40	6/2000	Mai/2031	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Salto Natal</i>	15,12	231/2000	Nov/2033	<i>Campo Mourão - PR</i>
<i>Riachão</i>	13,40	117/2001	Nov/2036	<i>Mambaí e Buritinópolis - GO</i>
<i>Ivan Botelho II</i>	12,40	352/1999	Nov/2033	<i>Guarani - MG</i>
<i>Ivan Botelho III</i>	24,40	347/1999	Jan/2035	<i>Astolfo Dutra - MG</i>
<i>Ormeo Junqueira Botelho</i>	22,70	346/2000	Dez/2033	<i>Muriaé - MG</i>
<i>Benjamim Mario Baptista</i>	9,00	106/1999	Mar/2031	<i>Manhuaçu - MG</i>
<i>Ivan Botelho I</i>	24,30	346/1999	Mai/2033	<i>Guarani e Descoberto - MG</i>
<i>Túlio Cordeiro Mello</i>	15,80	451/2000	Jul/2033	<i>Abre Campo - MG</i>
<i>Salto</i>	19,00	215/2001	Dez/2037	<i>Jauru e Indaivaí - MT</i>
<i>Angelina</i>	26,27	55/2001	Mar/2040	<i>Major Gercino e Angelina - SC</i>
<i>Ponte Alta</i>	13,00	717/2003	Jun/2037	<i>São Gabriel do Oeste - MS</i>
<i>Pezzi</i>	19,00	617/2003	Out/2042	<i>Bom Jesus - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos II</i>	29,025	2.509/2010	Fev/2042	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos I</i>	25,00	4.497/2014	Jan/2047	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Foz do Estrela</i>	29,50	696/2003	Nov/2040	<i>Coronel Domingos Soares - PR</i>
<i>Piranhas</i>	18,00	345/1999	Dez/2036	<i>Piranhas - GO</i>
<i>Caçador</i>	22,50	449/2000	Out/2038	<i>Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS</i>
<i>Cotiporã</i>	19,50	452/2000	Dez/2038	<i>Cotiporã - RS</i>
<i>Linha Emília</i>	19,50	448/2000	Jan/2039	<i>Dois Lajeados - RS</i>
	<u>430,695</u>			

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações—Continuação

Originalmente, o prazo de vigência das autorizações das supracitadas PCHs era de 30 anos, contados a partir da data de publicação de suas autorizações. Algumas PCHs tiveram seus prazos de vigência ajustados pela ANEEL, conforme descrito abaixo.

Em 14 de novembro de 2016, a Resolução Autorizativa nº 6.116 estendeu o prazo de autorização da PCH Riachão para o dia 02 de maio de 2032, decorrente de repactuação do risco hidrológico. Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Passo do Meio, Pedrinho I, Salto Natal, Benjamim Mário Baptista, Ivan Botelho I, Túlio Cordeiro de Mello, Salto, Angelina, Pezzi e Serra dos Cavalinhos II tiveram seus prazos de outorgas estendidos para 16 de junho de 2032, 05 de junho de 2031, 15 de julho de 2032, 11 de outubro de 2031, 28 de julho de 2032, 26 de outubro de 2033, 10 de maio de 2034, 22 de novembro de 2033, 22 de maio de 2037 e 18 de junho de 2047, respectivamente.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Anna Maria, Guary, Riachão, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III, Ormeo Junqueira Botelho e Serra dos Cavalinhos I tiveram seus prazos de outorga estendidos para 03 de julho de 2031, 04 de maio de 2031, 14 de dezembro de 2034, 08 de dezembro de 2031, 22 de maio de 2031, 29 de novembro de 2032 e 23 de janeiro de 2046, respectivamente. Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidas para 11 de maio de 2031, 24 de novembro de 2031, 12 de novembro de 2031 e 12 de novembro de 2031, respectivamente.

As PCHs Ponte Alta e Foz do Estrela não foram alcançadas pelas disposições da Lei nº 14.182 porque a primeira não participa do MRE e a segunda iniciou sua operação comercial apenas em maio de 2022. Em 13 de outubro de 2021, as Resoluções Autorizativas nº 10.748 e nº 10.749, que em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Riachão, Salto Natal, Ponte Alta, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II, Túlio Cordeiro de Melo e Angelina tiveram os seus prazos de outorgas estendidos para 02 de novembro de 2036, 21 de novembro de 2033, 05 de junho de 2037, 04 de janeiro de 2047, 23 de fevereiro de 2043, 22 de julho de 2033 e 02 de março de 2040, respectivamente.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações—Continuação

Em 14 de dezembro de 2021, o Despacho nº 3.965 retificou a Resolução Autorizativa nº 10.748, corrigindo o prazo final de Outorga das PCHs Ponte Alta, Serra dos Cavalinhos I e Riachão.

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2022, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Benjamim Mário Baptista, Ivan Botelho I, Passo do Meio, Pedrinho I, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III e Ormeo Junqueira Botelho tiveram os seus prazos de outorgas estendidos para 30 de março de 2031, 14 de maio de 2033, 17 de outubro de 2033, 01 de outubro de 2033, 28 de novembro de 2033, 26 de janeiro de 2035 e 31 de dezembro de 2033, respectivamente.

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidos para 08 de dezembro de 2036, 31 de janeiro de 2039, 31 de outubro de 2038 e 23 de dezembro de 2038, respectivamente.

Em 26 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.318, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Salto teve o prazo de outorga estendido até 29 de dezembro de 2037.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta nas Resoluções Homologatória nº 2.931 e 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foram publicadas as Resoluções Autorizativas de extensão do prazo de outorga para as usinas acima listadas em acordo com o disposto na Lei 14.182.

O prazo da autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Ao final do prazo das autorizações, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizado, deduzidos da depreciação apurada por auditoria realizado pelo poder concedente.

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões

A controlada Zona da Mata detém concessão da ANEEL para exploração da PCH João Camilo Penna, em regime de serviço público, enquanto que a Elera Renovável passou a deter as UHE Itiquira e UHE Barra do Braúna, após a incorporação de suas antigas titulares:

PCH/UHE	Potência em MW	Nº da concessão	Vencimento da concessão	Local
João Camilo Penna	21,40	02/1996	Jul/2033	Raul Soares – MG
PCH Paraíso I	21,6	358/1999	Set/2032	Costa Rica - MS
UHE Assis Chateaubriand	29,5	02/1997	Fev/2029	Ribas do Rio Pardo - MS
Itiquira	157,37	213/1998	Jul/2026	Itiquira - MT
Barra do Braúna	39,00	11/2001	Dez/2038	Laranjal e Leopoldina - MG

Originalmente, o prazo de vigência das concessões da PCH João Camilo Pena e da UHE Barra do Braúna era de 35 anos, contados a partir da data de assinatura de seus Contratos de Concessão nº 002/96 e nº 11/2001, respectivamente. Já para a UHE Itiquira, o prazo de vigência era de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do seu Contrato de Concessão nº 213/1998.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH João Camilo Penna UHE Barra do Braúna e a UHE Itiquira tiveram a extensão de suas outorgas homologadas. A UHE Itiquira teve o prazo de outorga estendido até 19 de junho de 2026 por meio do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 2113/1998, assinado em 16 de setembro de 2022, enquanto que a UHE Barra do Braúna teve seu prazo estendido até 09 de dezembro de 2038, por meio da assinatura do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2001, em 16 de setembro de 2022. Por fim, a PCH João Camilo Penna, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 05 de julho de 2022, teve seu prazo de outorga estendido para 25 de julho de 2033.

Em 30 de setembro de 2022, por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 213/1998, a UHE Itiquira foi transferida da Itiquira Energética S.A para a Elera Renováveis S.A.

Em 21 de outubro de 2022, por meio do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2021, a UHE Barra do Braúna foi transferida da Barra do Braúna Energética S.A. para a Elera Renováveis S.A.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões--Continuação

Os prazos destas concessões podem ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. Por sua vez, a UHE Itiquira teria previsão de prorrogação por mais 20 anos, em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto s/nº de 14 de dezembro de 1994.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Para a PCH João Camilo Penna, o valor da indenização será calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Além da PCH João Camilo Penna, fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata os seguintes registros de geração publicados pela ANEEL para exploração de CGHs:

CGH	Potência em MW	Registro da ANEEL	Registro até	Local
Miguel Pereira	0,74	Ofício 91/1998	Sem prazo	Mirai - MG
Santa Cecília	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Mirai - MG
Roça Grande	0,77	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhuaçu - MG
Cachoeira Alta	0,30	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhumirim - MG
Matipó	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Matipó - MG
	<u>2,65</u>			

As usinas sob regime de registro seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015, no qual a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.) adquiriu a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais participantes do leilão.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$12.780. Ocorre que o valor da indenização foi parcelado mensalmente durante 7 anos, o que resultou em uma ação judicial para reconhecimento do devido ressarcimento.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões--Continuação

Diante desse fato, Zona da Mata obteve mandato de segurança que lhe garantiu o devido reconhecimento do pagamento único e à vista do valor devido. Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de Outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por sua vez, a usina Maurício, também detida por Zona da Mata, teve seu pedido de extinção da outorga aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa 4.467/2013, publicada em 02 de janeiro de 2014. Nesse caso, não houve questionamento sobre o ressarcimento devido.

As controladas indiretas possuem contratos de compra e venda de energia (PPA) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2008	07/07/2045
Partes relacionadas	01/01/2013	31/12/2030
Consumidores livres de energia	01/01/2010	31/12/2031
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	30/09/2006	19/06/2029

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A Sociedade nas demonstrações financeiras individuais apresentam um Capital circulante líquido negativo de R\$ 740.042 e em suas demonstrações financeiras consolidadas R\$ 616.494. As ações tomadas pela Sociedade são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade e controladas são caixa e equivalentes de caixa, mútuos a receber, contas a receber, dividendos a receber, depósitos restituíveis e valores vinculados, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, ativo financeiro e contratos de comercialização de energia.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade e controladas são contas a pagar, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, empréstimos, financiamentos e debêntures, dividendos a pagar, contratos de comercialização de energia e arrendamento.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

f) Intangível

Referem-se a gastos com desenvolvimento de projetos, os quais são capitalizados a partir do momento em que os projetos passam da fase de estudo para desenvolvimento.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 11.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos--Continuação

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

h) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

i) Ativo financeiro

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa.

j) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade e suas controladas utilizam o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos das controladas da Sociedade são demonstradas na Nota 12.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Ativo imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado da controlada indireta São Luiz se refere aos gastos incorridos com a construção da usina. O ativo imobilizado enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre financiamento do BNDES são capitalizados no ativo imobilizado de acordo com o CPC 20 (R1). O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 10.174. A capitalização dos juros encerrou-se no momento que o ativo entrou em operação (nota 1) e conseqüentemente não se trata de um ativo qualificável de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

k) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

m) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pelas controladas da Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A controlada da Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como Agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a controlada da Sociedade é um intermediador da operação, e

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

m) Reconhecimento da receita--Continuação

como Principal nos contratos os quais a controlada da Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções / penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

n) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade, para a controlada direta Elera Renováveis S.A. e para as controladas indiretas COINCE, ESCURA, SLUIZ e BET, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa,

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

o) Estimativas contábeis--Continuação

provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

p) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

r) Contratos futuros de energia (compra e venda)

A controlada indireta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda., possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Brookfield Energia Comercializadora Ltda. possui flexibilidade para gerenciar esses contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem quitados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e são reconhecidos no balanço da Brookfield Energia Comercializadora Ltda. pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

r) Contratos futuros de energia (compra e venda)--Continuação

O valor justo dos derivativos de compra e venda de energia são estimados com base nas cotações de preços de mercados ativos onde tais dados são observáveis de mercado de venda e energia e estão disponíveis a cada fechamento contábil para mensuração de valor justo. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

j) Meio ambiente

Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão. Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que incorrem.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta e indireta no capital social, como segue:

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2023	2022
Elera Renováveis S.A. (*)	81,65%	81,65%
Controladas indiretas	Percentuais de participação	
	2023	2022
Água Clara Energética S.A.	100%	100%
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	100%	100%
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	100%	100%
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	100%
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	100%	100%
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE	100%	100%
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	100%	100%
Energética Ponte Alta S.A.	100%	100%
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100%	100%
Energética Salto Natal S.A.	100%	100%
Igarapé Energética Ltda.	100%	100%
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	100%
Manon Energia S.A.	100%	100%
Lumbrás Energética S.A.	100%	100%
Pezzi Energética S.A.	100%	100%
Riachão Energética Ltda.	100%	100%
Rio Glória Energética Ltda.	100%	100%
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	100%	100%
Rio Pomba Energética Ltda.	100%	100%
Salto Jauru Energética S.A.	76,08%	76,08%
Santa Clara Energética Ltda.	100%	100%
São Geraldo Energética Ltda.	100%	100%
São Luiz Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	100%
Zona da Mata Geração S.A.	100%	100%
Controladas indiretas	2023	2022
Caçador Energética S.A.	100%	100%
Cotiporã Energética S.A.	100%	100%
Linha Emília Energética S.A.	100%	100%
Serra Negra Energética S.A.	70%	70%
Bela Vista Energética Ltda.	100%	100%
Pantanal Energética Ltda.	100%	100%

(*) Devido a incorporação de Itiquira pela BER, a parte que a ITISA possuía sobre Itiquira passou a ser com BER, diluindo a participação de BERPAR sobre BER.

2.5 Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.

Em 03 de outubro de 2022 ocorreu a Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza comercial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais.

Foram registrados na Elera Renováveis S.A., os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Itiquira Energética S.A.

Balanço individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação

	<u>03/10/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	39.999
Contas a receber	14.470
Despesas antecipadas	1.261
Estoque	4.831
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.621
Outras contas a receber	7.268
Total ativo circulante	<u>388.429</u>
Investimento	229.074
Depósitos judiciais	17.678
Imobilizado	199.961
Arrendamento	508
Total do ativo não circulante	<u>447.221</u>
Total do Ativo	<u><u>835.650</u></u>

Balanço individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022:</u>
Contas a pagar	18.709
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	5.846
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	263
Outras contas a pagar	1.505
Total do passivo circulante	<u>155.032</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.961
Arrendamento	328
Total do passivo não circulante	<u>231.337</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	104.072
Reserva de incentivo fiscal	162.201
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>835.650</u></u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação

Balanço consolidado de incorporação em 3° de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	43.577
Contas a receber	17.815
Despesas antecipadas	2.052
Estoque	6.370
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.822
Outras contas a receber	8.862
Total ativo circulante	<u>399.477</u>
Depósitos judiciais	17.687
Imobilizado	427.598
Arrendamento	955
Total do ativo não circulante	<u>446.240</u>
Total do Ativo	<u><u>845.717</u></u>
Contas a pagar	24.802
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	6.662
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	495
Outras contas a pagar	2.283
Total do passivo circulante	<u>162.951</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.968
Arrendamento	619
Outras contas a pagar	1.850
Total do passivo não circulante	<u>233.485</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	266.273
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>845.717</u></u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.--Continuação

Após a reorganização societária, a Elera Renováveis Participações S.A. continua sendo o acionista controlador da BER com participação de 81,65% e a Itisa Holding LLC anterior acionista da Itiquira Energética S.A. com 100% das ações da entidade incorporada e passa a deter 18,35% de participação na BER como parte da relação de troca calculada em 0,86 por ação sem ganho ou perda entre as duas empresas. O resultado apurado pela Itiquira até a data da incorporação foi incorporado na Elera via acervo líquido em reserva de lucros e a partir dessa data os resultados da entidade incorporada passam a ser da Elera. Em relação a Elera Renováveis Participações S.A., essa reorganização não gerou impacto Sociedade, exceto pelo reconhecimento inicial de participação de acionistas não controladores na mutação do patrimônio líquido consolidado.

A distribuição do capital e participação acionárias após a reorganização societária está descrita conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de	Capital social
	Ações em milhares	
	2022	2022
Elera Renováveis Participações S.A.	1.084.976.702	930.198
Itisa Holding LLC	243.858.663	209.070
TOTAL	1.328.835.365	1.139.268

Balanço consolidado de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022</u>
Receita operacional líquida	157.245
Custo de geração de energia	<u>(115.422)</u>
Lucro bruto	<u>41.823</u>
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	(11.602)
Outras despesas operacionais	<u>(1.128)</u>
	<u>(12.730)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	<u>29.093</u>
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	37.473
Despesas financeiras	<u>(34.389)</u>
	<u>3.084</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>32.177</u>
Imposto de renda e contribuição social	
Corrente	(3.843)
Diferido	<u>3.844</u>
Lucro líquido do exercício	<u>32.178</u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. por Elera Renováveis S.A.

Em 01 de novembro de 2022 ocorreu a Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais oriundos das obrigações contábeis, fiscais e regulatórias. Como a Sociedade incorporada era controlada de forma integral pela Elera Renováveis S.A. não há impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, devido a Barra do Braúna ser uma entidade que era consolidada integralmente por parte da Elera Renováveis S.A. e indiretamente pela Elera Renováveis Participações S.A. antes da incorporação. Foram registrados na Elera Renováveis S.A., os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Barra do Braúna Energética S.A.

Balanco individual de incorporação em 1º de novembro de 2022:

	01/11/2022
Caixa e equivalentes de caixa	10.960
Contas a receber	11.236
Despesas antecipadas	460
Estoque	1.740
Impostos a recuperar	10
Outras contas a receber	2.239
Total ativo circulante	26.645
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	15.935
Depósitos judiciais	20
Imobilizado	194.245
Arrendamento	325
Total do ativo não circulante	210.525
Total do Ativo	237.170
Contas a pagar	3.696
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	2.440
Arrendamento	176
Impostos e contribuições a recolher	752
Outras contas a pagar	324
Total do passivo circulante	7.388
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	13.603
Arrendamento	164
Total do passivo não circulante	13.767
Capital Social	135.267
Reserva de lucros	55.332
Reserva de reavaliação patrimonial	25.416
Total do patrimônio líquido	216.015
Total do passivo e do patrimônio líquido	237.170

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	68	25	17.354	5.686
Aplicações financeiras	-	-	64.932	53.416
Total	68	25	82.286	59.102

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Banco Itaú S.A.	Op. Compromissada	CDI	-	-	54.694	8.423
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	-	-	10.238	29.177
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	-	-	15.816
			-	-	64.932	53.416

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda de energia	-	-	204.580	194.373
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	24.363	7.942
Contas a receber – partes relacionadas	1.142	-	82.405	112.341
Total	1.142	-	311.348	314.656

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo a vencer (*)	1.142	-	249.077	247.444
Saldo vencido até 30 dias	-	-	36.443	24.730
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	-	6.922	18.239
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	-	4.238	20.513
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	-	14.668	568
Saldo vencido há mais de 365 dias	-	-	-	3.162
Total	1.142	-	311.348	314.656

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contratos de comercialização de energia

A controlada direta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda. (BEC), opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., que foi reconhecido pelo seu valor justo e foram mensuradas através de dados observáveis de preço futuro de energia através da CCEE sendo este uma mensuração de valor justo de nível 2 de acordo como o CPC 48. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante de R\$ 9.676 para o resultado do consolidado foi reconhecida, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de vendas	181.542	45.723
Marcação a mercado dos contratos de compras	(171.866)	(40.072)
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	9.676	5.651

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade teve um resultado de R\$ 4.025 (R\$ 14.534 em 31 de dezembro de 2022).

	Consolidado	
	2023	2022
Contrato de comercialização de energia		
Ativo		
Circulante	120.769	45.723
Não Circulante	60.773	-
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	181.542	45.723

	Consolidado	
	2023	2022
Contrato de comercialização de energia		
Passivo		
Circulante	110.463	40.072
Não Circulante	61.403	-
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	171.866	40.072

A controlada direta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda., tem como política pré-estabelecida de efetuar operações de comercialização de energia com prazo máximo de dois anos.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Prêmio de seguro de risco operacional	5.210	5.748
Total	5.210	5.748

Durante o exercício de 2015 foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

7. Contas a receber – Indenização

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Indenização Neblina e Sinceridade	79.283	79.283
Total	79.283	79.283

A Zona da Mata busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade.

Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável ao nosso caso particular. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber – Indenização—Continuação

ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

A expectativa era que o caso tivesse o trânsito em julgado favoravelmente no STJ ainda em 2023. No entanto, somente para a União, o processo transitou em julgado, pois não há mais qualquer recurso dela pendente de julgamento. Diante disso, aguarda-se a inclusão em pauta de recurso da ANEEL para julgamento perante a sessão da 2ª Turma do STJ, sendo esperada para ocorrer durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O ganho concedido à Zona da Mata em decisão do TRF já publicada em 2019, as etapas finais do processo judicial e a confirmação que os recursos pendentes apresentados ao Superior Tribunal de Justiça (etapa final), (a) não atenderam os requisitos a serem submetidos e analisados pelos Tribunais Superiores, de acordo com o respectivo Código de Processo Nacional e (b) são considerados como processo procrastinador.

Conseqüentemente, é de entendimento pela administração que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa e de acordo com o CPC 25, parágrafo

33 tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

Conseqüentemente, é de entendimento pela administração que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o CPC 25, parágrafo 33 bem como tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo

Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Zona da Mata foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Sociedade entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias que são de domínio público através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estão atualmente estimados em R\$ 79.283.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2023	2022
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	17.805	17.931
Banco Santander S.A.	Fundos	CDI	10.833	11.629
			28.638	29.560

As investidas da Sociedade (Serra dos Cavalinhos I Energética S.A., Serra dos Cavalinhos II Energética S.A., Pezzi Energética S.A. e São Luiz Energética S.A.) possuem depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

9. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de outorga

A controlada indireta Barra do Braúna, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Barra do Braúna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 4,5%.

A controlada indireta da Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga:

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de outorga--Continuação

Saldos do ativo	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	15.770	16.761
Amortização	(991)	(991)
Saldo final	14.779	15.770

Saldos do passivo	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	15.306	19.666
Atualização monetária provisionada	417	575
Pagamento	(5.225)	(4.935)
Saldo final	10.498	15.306
Passivo circulante	2.466	2.440
Passivo não circulante	8.032	12.866

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de dezembro de 2023, estão assim distribuídos:

2025	2.466
2026	2.466
2027	2.466
Após 2027	634
	8.032

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimento (Controladora)

Investida	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Controladas										
Elera Renováveis S.A. (**)	81,65%	81,65%	2.468.249	2.522.234	293.615	351.228	2.015.293	2.059.371	239.733	319.391
Total – Controladora					293.615	351.228	2.015.293	2.059.371	239.733	319.391
Não controladas										
Galera Centrais Elétricas S.A.	50,00%	50,00%	138.757	150.025	37.823	49.140	69.378	75.015	18.911	24.570
Rio Galera Energética S.A. (*)	50,00%	50,00%	4.714	4.724	(10)	(10)	2	-	-	-
Total – Consolidado					37.813	49.130	69.380	75.015	18.911	24.570

(*) Em dezembro de 2021, foi assinado o contrato de compra e vendas das ações de Rio Galera Energética S.A.

(**) Devido a incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A. em 03/10/2022, a Elera Renováveis Participações S.A. deixou de ter 100% de participação sobre o patrimônio líquido da Elera Renováveis S.A., uma vez que a Itisa Holding LLC (acionista da Itiquira) também passou a ter participação sobre o patrimônio líquido da Elera Renováveis S.A.

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Reflexo Reavaliação Patrimonial Braúna em BER (nota 18.d)	Saldo em 2023
Elera Renováveis S.A.	2.059.371	239.733	(283.809)	-	2.015.294

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Reflexo Reavaliação Patrimonial Braúna em BER (nota 18.d)	Saldo em 2022
Elera Renováveis S.A.	2.040.707	319.391	(293.727)	(7.000)	2.059.371

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos (Controladora)—Continuação

Principais informações sobre empresas controladas

	2023				2022			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Elera Renováveis S.A.	3.333.098	864.849	2.468.249	293.615	3.550.533	1.028.300	2.522.233	351.228

Movimentação do investimento em empresas não controladas

Investidas	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2023
Galera Centrais Elétricas S.A.	75.015	18.911	(24.547)	69.379
	<u>75.015</u>	<u>18.911</u>	<u>(24.547)</u>	<u>69.379</u>

Movimentação do investimento em empresas não controladas

Investidas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2022
Galera Centrais Elétricas S.A.	71.596	24.570	(21.151)	75.015
	<u>71.596</u>	<u>24.570</u>	<u>(21.151)</u>	<u>75.015</u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos (Controladora)—Continuação

Principais informações sobre as empresas não controladas

	2023				2022			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Galera Centrais Elétricas S.A.	159.273	20.516	138.757	37.882	177.881	27.856	150.025	4.940
Rio Galera Energética S.A.	4.729	15	4.714	(10)	4.725	2	4.723	9

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Movimentação do imobilizado do consolidado

	Em serviço					Em curso				Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Impairment	Mais Valia	
31 de dezembro de 2021	37.385	685.107	3.031.230	346.791	167.493	16.858	456.853	(2.408)	-	4.739.309
Adições	-	-	-	-	-	1.412	112.099	-	-	113.511
Adições sem efeito de caixa	-	-	-	-	-	-	10.175	-	-	10.175
Baixas	-	(14.637)	-	(381)	-	(228)	(1.503)	-	-	(16.749)
Incorporação	6.835	220.214	603.805	136.989	49.726	3.331	4.307	-	400.310	1.425.217
Transferências	13.139	54.205	258.249	143.385	210	(629)	(468.559)	-	-	-
31 de dezembro de 2022	57.359	944.889	3.893.284	626.784	217.429	20.444	113.372	(2.408)	400.310	6.271.463
Adições	-	400	1.430	-	-	1.719	48.632	-	-	52.181
Baixas	(3)	(304)	-	-	-	(1.093)	(2.006)	-	-	(3.407)
Impairment (*)	-	-	-	-	-	-	-	(23.983)	(3.760)	(27.743)
Transferências (**)	8.988	263.949	(125.677)	70.983	(165.226)	268	(53.285)	-	-	-
31 de dezembro de 2023	66.344	1.208.934	3.769.037	697.767	52.203	21.338	106.713	(26.391)	396.550	6.292.494
31 de dezembro de 2021	(17.696)	(340.683)	(1.356.929)	(151.723)	(80.755)	-	-	268	-	(1.947.518)
Adições de depreciação	(1.033)	(33.271)	(72.945)	(13.792)	(4.661)	-	-	225	(6.972)	(132.449)
Baixa	-	7.986	-	245	-	-	-	-	-	8.231
Incorporação	(4.449)	(161.535)	(429.541)	(111.603)	(42.525)	-	-	-	(247.983)	(997.636)
31 de dezembro de 2022	(23.178)	(527.503)	(1.859.415)	(276.873)	(127.941)	-	-	493	(254.955)	(3.069.372)
Adições de depreciação	(1.211)	(69.155)	(111.056)	(25.399)	(3.188)	-	-	225	(29.416)	(239.200)
Baixas de depreciação	-	67	-	-	-	-	-	-	-	67
Transferência	-	(110.117)	62.939	(49.882)	97.060	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(24.389)	(706.708)	(1.907.532)	(352.154)	(34.069)	-	-	718	(284.371)	(3.308.505)
Total em 31 de dezembro de 2022	34.181	417.386	2.033.869	349.911	89.488	20.444	113.372	(1.915)	145.355	3.202.091
Total em 31 de dezembro de 2023	41.955	502.226	1.861.505	345.613	18.134	21.608	106.713	(25.673)	112.179	2.983.989

(*) Durante o exercício de 2023 a Sociedade registrou um impairment de R\$ 27.743 correspondendo da seguinte forma: (i) R\$ 22.450 referente a Itiquira, sendo R\$ 3.760 deduzido da mais valia ainda restante desse ativo adicionado a controladora com a incorporação da Itiquira; (ii) R\$ 5.293 referente ao impairment reconhecido na controlada Agua Clara.

(**) Durante o exercício de 2023 a Sociedade realizou transferências no ativo imobilizado, não houve alteração de estimativa e vida útil.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2023 e 2022 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras, transmissão e distribuição e outros. O imobilizado das controladas, ou seja, os ativos administrativos são depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos (das empresas, Barra do Brauna, Bela Vista, Caçador, Cavalinhos I, Cavalinhos II, Cotiporã, Campos de Cima da Serra, Linha Emília, Rio Pedrinho, Galera, São Geraldo, Rio Glória, Grapon, Itiquira, Lagoa Azul, Lumbrás, Pantanal, Rio Manhuaçu, Pezzi, Rio Pomba, Ponte Alta, Riachão, Salto Jaurú, Santa Ana, Salto Natal e Serra Negra).

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização ou concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), as controladas diretas e indiretas da Sociedade optaram durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens integrados do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 e em 1º de janeiro de 2010 de R\$ 1.783.654 e de R\$ 108.066, respectivamente, registrado no ativo imobilizado consolidado. Nos saldos do imobilizado da controladora são considerados o imobilizado administrativo e não foi efetuado ajuste por valores atribuídos para este imobilizado, pelo fato desses ativos já estarem registrados pelo seu valor justo.

Devido a incorporação da Itiquira Energética S.A. a Elera Renováveis S.A. teve incorporado ao seu imobilizado os valores dos custos atribuídos que foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado da Itiquira. O saldo líquido incorporado pela Elera Renováveis S.A. foi de R\$ 61.237.

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade analisaram o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis, exceto para uma de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2020, na controlada indireta Água Clara, a perda de R\$ 2.408 por redução ao valor recuperável foi representada pela redução no valor contábil dos ativos de geração ao seu respectivo valor recuperável. Os efeitos desta perda foram refletidos nas outras despesas operacionais da controlada.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, utilizando os preceitos de reconhecimento de Ativo não financeiro reconhecido ao valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Sociedade determinaram o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, conforme quadro abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

A mensuração deste ativo não financeiro, é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas de suas controladas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 as suas controladas reconheceram o montante adicional da tabela abaixo de R\$ 64.950, bem como extensão de listada na tabela abaixo, conforme divulgado pela CCEE.

Empresa	Extensão Outorga R\$	Extensão Outorga (meses)
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	12.229	58
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	11.105	45
Energética Rio Pedrinho Ltda.	6.495	49
Energética Salto Natal S.A.	6.041	47
Lumbrás Energética S.A.	12.815	63
Pezzi Energética S.A.	7.350	79
Riachão Energética Ltda.	7.355	39
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	3.648	54
Rio Pomba Energética Ltda.	4.614	33
Salto Jauru Energética S.A.	10.555	65
São Geraldo Energética Ltda.	6.211	66
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	2.458	23
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	10.672	155
Rio Glória Energética Ltda.	7.471	37
Água Clara Energética S.A.	554	17
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	1.441	15
Barra do Braúna Energética S.A.	10.424	33
Caçador Energética S.A.	5.884	17
Cotiporã Energética S.A.	5.584	17
Linha Emília Energética S.A.	5.858	17
Lagoa Azul Energética S.A.	5.927	17
Serra Negra Energética S.A.	4.917	17
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	12.229	58
	161.837	

Devido a incorporação da Itiquira, a Elera Renováveis S.A. reconheceu no seu imobilizado a extensão da outorga da Itiquira e de suas antigas controladas:

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Empresa	Extensão Outorga R\$	Extensão Outorga (meses)
Bela Vista Energética Ltda.	10.744	34
Pantanal Energética Ltda.	9.898	14
Itiquira Energética S.A.	80.355	18
Total	<u>100.997</u>	

12. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Sociedade é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro:

	2023	2022
Saldo inicial	15.979	28.184
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(214)	726
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(711)	(12.931)
Baixas de ativo financeiro	-	-
Atualização do ativo financeiro (*)	2.853	
Total	<u>17.907</u>	<u>15.979</u>

(*) A atualização decorre do aumento da outorga, com isso a Sociedade será reembolsada no momento da devolução da usina em um valor menor.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Consolidado

Movimentação do intangível consolidado

	Máquinas e Equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão de distribuição	Bens em andamento	Estoque fixo	Total intangível ZMT IFRIC 12	Direito de exploração e concessão	Estudos e projetos	Extensão de outorga	Contrato de cessão onerosa	Total
31 de dezembro de 2021	10.580	14.099	11.520	10	1.653	694	38.556	158.823	6.912	2.322	57.525	264.138
Adições	-	-	-	-	913	120	1.033	-	529	-	-	1.562
Baixas	-	-	-	-	(2)	(3)	(5)	-	(264)	-	-	(269)
Transferências	301	1	(12)	-	(290)	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	10.881	14.100	11.508	10	2.274	811	39.584	158.823	7.177	2.322	57.525	265.431
Adições	-	-	-	-	887	80	967	-	102	-	-	1.069
Baixas	(7)	-	-	-	(2.844)	(227)	(3.078)	-	(3.098)	-	-	(6.176)
Transferências	928	(2.245)	304	(10)	1.023	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	11.802	11.855	11.812	-	1.340	664	37.473	158.823	4.181	2.322	57.525	260.324
31 de dezembro de 2021	(7.380)	(5.771)	(8.740)	(6)	-	-	(21.897)	(108.010)	-	(160)	(31.375)	(161.442)
Adições de amortização	(432)	(747)	(407)	-	-	-	(1.586)	(4.364)	-	-	(3.292)	(9.242)
31 de dezembro de 2022	(7.812)	(6.518)	(9.147)	(6)	-	-	(23.483)	(112.374)	-	(160)	(34.667)	(170.684)
Adições de amortização	(971)	(398)	(410)	-	-	-	(1.779)	(7.688)	-	-	(3.354)	(12.821)
Baixas de amortização	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Transferências	(487)	429	52	6	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(9.269)	(6.487)	(9.505)	0	-	-	(25.261)	(120.062)	-	(160)	(38.021)	(183.504)
Total em 31 de dezembro de 2022	3.069	7.582	2.361	4	2.274	811	16.101	46.449	7.177	2.162	22.858	94.747
Total em 31 de dezembro de 2023	2.533	5.368	2.307	0	1.340	664	12.212	38.761	4.181	2.162	19.504	76.820

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (Consolidado)--Continuação

Em 11 de julho de 2007, nas controladas indiretas Rio Pomba Energética Ltda. ("Pomba"), Rio Manhuaçu Energética Ltda. ("Manhuaçu"), Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda. ("Grapon") e São Geraldo Energética Ltda. ("Geraldo"), foram firmados contratos de cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica entre a Elera Renováveis S.A. e a Cat-Leo Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., com a interveniência da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., por meio do qual foi manifestada a intenção de implementar redução dos montantes de energia contratados nos termos do CCVEE (contrato de compra e venda de energia elétrica) mantido com a CFLCL.

A parte do preço de cessão cabível as controladas foi estabelecida por meio do acordo sobre a vinculação de pagamento do preço de cessão onerosa de direitos e do termo de compromisso de redução da energia contratada assinados entre as controladas e a CFLCL, sendo registrado como ativo intangível nas controladas o montante de R\$ 9.769 (Pomba), R\$ 6.091 (Manhuaçu), R\$ 19.916 (Grapon) R\$ 10.039 (Gerald), equivalente respectivamente, à descontração de 7,25 MW (Pomba), 4,52MW (Manhuaçu) e 22,23 MW (Grapon) médios de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2016 até dezembro de 2029 (Pomba) e a partir de março de 2013 até dezembro de 2029 (Manhuaçu) de acordo com o período de autorização das PCHs cuja energia será descontração. Em 30 de agosto de 2010 foi celebrado primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica aditado e consolidado entre Elera Renováveis S.A. e Energisa Minas Gerais Distribuidor de Energia S.A., alterando a data de suprimento de energia a ser descontração de 1º de janeiro de 2011 para 1º de janeiro de 2016, conforme 1º aditivo ao termo de compromisso de redução de energia contratada para a controlada Rio Pomba Energética Ltda.

Para a controlada indireta Grapon até 31 de dezembro de 2010, foram firmados diversos contratos para a venda dos 22,23 MW médio de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2010 e tem data prevista de encerramento em dezembro de 2029, de acordo com o período de descontração firmado em contrato.

Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. e a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. ("BET") assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A. ("SAJESA"), em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica.

De acordo com o termo de entendimentos iniciais, a SAJESA ficava obrigada a pagar à Rede Comercializadora de Energia S.A. valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT.

Por força desse instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a SAJESA tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A foram transferidos para a BET.

A amortização deste intangível (registrado originalmente no montante de R\$ 11.710) ocorre com base no recebimento da comissão previamente citada, liquidadas de impostos, e impactado

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (Consolidado)--Continuação

pelos montantes de energia negociados.

A Sociedade analisou o valor contábil do ativo intangível e nenhuma provisão para perda do seu valor recuperável foi requerida para as controladas supracitadas.

Ágio pago quando da aquisição das controladas indiretas Zona da Mata e Lumbrás, decorrente do direito de exploração delegado pelo Poder Público, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da ANEEL, descontado o tempo decorrido até o início das operações de geração de energia.

A controlada indireta Riachão Energética Ltda., aderiu a repactuação do risco hidrológico através do despacho nº 55 de 13 de janeiro de 2016, alterando o prazo de extensão da outorga de 5 de abril de 2031 para 2 de maio de 2032.

Desta forma, o saldo remanescente da repactuação, após o término da vigência do contrato repactuado, foi realocado para o Grupo do Ativo Intangível da Sociedade e será amortizado de forma linear até o final do prazo da outorga.

Extensão de outorga – Zona da Mata

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 5.888, bem como extensão de 25 meses na sua respectiva outorga.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (Consolidado)--Continuação

Extensão de outorga – Zona da Mata—Continuação

referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

14. Arrendamento (Consolidado)

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

Custo	Edificações	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2021	27.671	8.722	36.393
Adições	27.183	5.485	32.668
Baixas	(27.671)	(2.892)	(30.563)
Incorporação Itiquira	-	778	778
Incorporação Pantanal	-	345	345
Incorporação Bela Vista	-	334	334
31 de dezembro de 2022	27.183	12.772	39.955
Adições	740	455	1.195
31 de dezembro de 2023	27.923	13.227	41.150
Depreciação			
31 de dezembro de 2021	(13.537)	(3.343)	(16.880)
Adições de depreciação (*)	(5.160)	(3.125)	(8.285)
Baixas de depreciação	14.687	738	15.425
Incorporação Itiquira	-	(270)	(270)
Incorporação Pantanal	-	(118)	(118)
Incorporação Bela Vista	-	(114)	(114)
31 de dezembro de 2022	(4.010)	(6.232)	(10.242)
Adições de depreciação (*)	(5.444)	(4.579)	(10.023)
31 de dezembro de 2023	(9.454)	(10.811)	(20.265)
31 de dezembro de 2022	23.173	6.540	29.713
31 de dezembro de 2023	18.469	2.416	20.885

(*) O direito de uso dos contratos é amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos. Para edificações no Rio de Janeiro são 80 meses, em Mato Grosso são 20 meses e Mato Grosso do Sul são 50 meses. Para equipamentos são 35 meses (locação de frota veicular).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento (Consolidado)--Continuação

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados as outorgas das controladas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Valor nominal dos pagamentos futuros	28.273	40.112
Ajuste a valor presente	(4.688)	(7.741)
	23.585	32.371
Passivo circulante	8.055	8.644
Passivo não circulante	15.530	23.727

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	32.371	22.149
Adições	1.195	32.668
Pagamento	(13.263)	(9.671)
Baixas	-	(17.055)
Incorporação Itiquira (*)	-	591
Incorporação Pantanal (*)	-	267
Incorporação Boa Vista (*)	-	256
Juros sobre arrendamento	3.282	3.166
Saldo final	23.585	32.371

(*) Reconhecimento inicial de leasing após reorganização.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas por suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2025	6.644
2026	6.643
2027	2.243
	15.530

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	9.503	2.730
Fornecedores	808	2	88.280	66.308
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	9.403	11.974
Contas a pagar – partes relacionadas	266	-	11.849	44.912
Seguros	-	-	125	533
Total	1.074	2	119.160	126.457

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2023		2022	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda estrangeira							
Banco BNP	4131 (****)	USD + 7,724%	BERPAR	796.449	-	-	-
Em moeda nacional							
Banco do Brasil	Debêntures	100% do CDI + 1,3% a.a.	BER	1.763	400.000	2.692	400.000
Banco Itaú (****)	Debêntures	100% do CDI + 2,9%aa	BER	52.755	100.000	70.653	152.001
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Pezzi	5.386	23.278	5.352	28.277
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Serra dos Cavalinhos II	8.081	34.627	8.029	42.133
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,18% a.a.	Serra dos Cavalinhos I	7.876	94.622	7.826	101.127
BNDES	BNDES automático	IPCA + 3,89% a.a	SLUIZ	14.646	198.866	14.041	203.502
GACEL	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	6.732	-	6.732
				886.956	858.125	108.593	933.772
		Despesa de contratação (**)	SLUIZ	(2)	(114)	(2)	(118)
		Despesa de contratação (**)	Serra dos Cavalinhos I	-	(1.815)	-	(1.950)
		Despesa de contratação (***)	BER	(964)	(2.378)	(1.016)	(3.290)
Total				885.990	853.818	107.575	928.414

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

(***) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

(****) A dívida acima é oriunda da Itiquira Energética S.A. que foi incorporada em outubro de 2022.

(*****) Empréstimos em moeda estrangeira concedido no exterior a uma empresa brasileira.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	-	-	1.035.989	1.234.633
Captação	800.000	-	800.000	6.532
Juros capitalizados	-	-	-	10.175
Juros provisionados	853	-	129.607	125.301
Exclusão por Incorporação	-	-	-	(318.731)
Variação cambial	(4.404)	-	(4.404)	-
Incorporação - Itiquira	-	-	-	272.268
Amortização – principal	-	-	(103.689)	(193.104)
Pagamento – juros	-	-	(112.422)	(99.509)
	796.449	-	1.745.081	1.037.565
Despesa de Contratação - Incorporação Itiquira	-	-	-	(2.240)
Despesa de contratação	-	-	(5.273)	664
Saldo final	796.449	-	1.739.808	1.035.989

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é composto por principal e juros, e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Pezzi	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos II	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos I	BNDES	15 de setembro de 2037
São Luiz	BNDES	15 de novembro de 2038
BER	Itaú	15 de dezembro de 2028

Em 26 de dezembro de 2023, a Sociedade efetuou uma captação junto ao Banco BNP Paribas via Operação de empréstimo em moeda estrangeira (4131), um empréstimo no montante de U\$ 164.000.000,00 convertidos em moeda corrente nacional para o montante de R\$ 800.000.000,00 através de um instrumento financeiro derivativo SWAP no momento da captação. Essa captação é remunerada a USD + 7,724% convertida através do SWAP* para CDI + 1,20%, com vencimento em 25 de março de 2024 amortizado em parcela única na data do vencimento. Na data do vencimento a dívida foi renegociada, sendo totalmente liquidada, havendo uma nova captação no mesmo montante da captação original, mantendo-se inalteradas as condições do financiamento.

As garantias não fornecidas pela Brookfield Energy Partners, através de cartas de crédito na modalidade SBLC (Stand by letter of credit).

Em 03 de outubro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.

No dia 01 de novembro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Barra do Braúna Energética S.A pela Elera Renováveis S.A., esta não possuía dívida.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 29 de dezembro de 2021, a Sociedade liquidou a operação emitida em 14 de dezembro de 2018 composta por 25 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$250 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$10 mil reais. Essas debêntures eram remuneradas a 113,4% do CDI com vencimento em 11 de setembro de 2023 e com pagamentos de juros semestrais.

Em 23 de dezembro de 2021, a Sociedade efetuou a segunda emissão de debêntures, composta por 400 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$400 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescida da taxa de 1,30% a.a., com vencimento em 15 de dezembro de 2028 amortizado em parcela única na data do vencimento.

Em 23 de dezembro de 2020, a Itiquira Energética S.A. emitiu 330.000 mil debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 330 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a CDI + 2,9% a.a. com vencimento em 15 de junho de 2027 e com pagamentos de juros e principal semestrais. Com a incorporação esta dívida passa a ser controlada pela Elera Renováveis S.A.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2023, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado
Ano	
2025	90.019
2026	64.019
2027	51.019
Após 2027	648.761
Total	853.818

Garantias e covenants Banco Itaú:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro Geração de Caixa da Atividade dividido pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 3,0 vezes, e pelo ICSD, que deverá ser inferior a 1,2 vezes, as qual foram atendidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023. As garantias são alienação fiduciária das ações, Cachoeira Escura, Bela Vista e Pantanal.

Garantias e covenants Banco do Brasil:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 4,5 vezes, o qual foi atendido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Há ainda, no âmbito da escritura das debêntures, cessão fiduciária dos dividendos recebidos, através de conta corrente constituída para este fim. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias e covenants BNDES

A Elera Renováveis S.A. é a interveniente no contrato de empréstimo entre a São Luiz Energética S.A. e o BNDES. Não há cláusulas de covenants. As Sociedades CAVAL1, CAVAL2, PEZZI estão sujeitas a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 8) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

17. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Riscos cíveis (a)	-	-	28.552	7.057
Riscos trabalhistas (b)	2	-	1.736	802
Riscos ambientais (c)	-	-	-	23
Riscos tributários (d)	-	-	11.162	10.073
Total	2	-	41.450	17.955

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2022	7.057	802	23	10.073	17.955
Adição	25.203	737	-	-	25.940
Atualização	121	197	-	1.089	1.407
Baixa	(3.829)	-	(23)	-	(3.852)
31 de dezembro de 2023	28.552	1.736	-	11.162	41.450

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

A controlada direta Elera Renováveis S.A. e suas controladas indiretas, em 31 de dezembro de 2023, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023, existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 714 (R\$ 4.504 em 31 de dezembro de 2022) referente a: (i) uma ação de desapropriação proposta pela Itiquira, incorporada em 03/10/2022, no montante de R\$ 138 e; (ii) uma ação indenizatória em face de Elera, no montante de R\$ 576.

Nas demais controladas indiretas da Sociedade

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2023 existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 782 (R\$ 760 em 31 de dezembro de 2022). referente a duas ações de servidão administrativa.

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.045 (R\$ 1.017 em 31 de dezembro de 2022), referente a servidão administrativa.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem dois processos judiciais cíveis, classificados como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 26.000 (R\$ 766 em 31 de dezembro de 2022) referente a uma ação de desapropriação e uma ação monitória.

Nesta ação monitória, reclassificada de possível para provável no exercício social de 2023, tem a seguinte descrição: em 2018 a ENGECON ajuizou ação pleiteando a responsabilização da SAJESA pelo pagamento a título de remuneração decorrente do Contrato de Licença de Uso de Obra Intelectual que foi objeto da Ação Declaratória de nº 0204513-14.2006.8.26.0100. Ocorre que, em 2019, os embargos monitórios da SAJESA foram rejeitados e foi proferida sentença que julgou procedente a ação monitória. Apesar de SAJESA ter apresentado recurso de apelação contra a sentença na ação monitória, o TJSP negou provimento ao recurso.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

Dando seguimento aos recursos, SAJESA interpôs recurso especial contra o acórdão da apelação, porém o TJSP realizou o exame de admissibilidade do recurso especial e negou seu seguimento. A decisão foi publicada em 30 de Janeiro de 2023. A partir dessa data os assessores jurídicos da SAJESA para esta ação judicial reavaliaram o prognóstico de perda acerca da causa, de modo a considerá-la, a partir de fevereiro de 2023, como uma causa com prognóstico de perda “provável” contra a SAJESA no montante total de R\$ 19.209. Em dezembro de 2023 o valor provisionado é de R\$ 25.225, (índice INPC do IBGE). Considerando as decisões desfavoráveis à SAJESA, o processo segue em discussão por meio de recurso perante o STJ.

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022) referente a uma ação de desapropriação.

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe processo administrativo cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 6 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2022), refere-se a um auto de infração lavrado pelo CREA/MG.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contingenciado no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação de desapropriação movida por Serra dos Cavalinhos I.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe processo cível, classificado como perda provável por seus assessores legais (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Caçador Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Pantanal Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Energética Rio Pedrinho; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para riscos trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023, existem ações judiciais trabalhistas, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, no montante de R\$ 1.726 (R\$ 747 em 31 de dezembro de 2022), referente a: 11 reclamações trabalhistas, sendo uma delas em face de Itiquira, incorporada em 03/10/2022.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma ação trabalhista classificada pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 9 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2023 não existem processos judiciais classificados como perda provável (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Caçador Energética; Linha Emilia Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Lumbrás Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Salto Jauru Energética; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos I Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Pezzi Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; São Luiz Energética; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; São Geraldo Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações judiciais cíveis, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

c) Provisão para riscos ambientais

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda provável por seus assessores legais (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

d) Provisão para riscos tributários

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023, há uma execução fiscal classificada pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 11.162 (R\$ 10.073 em 31 de dezembro de 2022). A ação era direcionada à empresa Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, contudo o valor do débito em questão encontra-se consignado em juízo mediante depósito judicial. Que também foi registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como parte da reorganização societária.

Elera Renováveis--Continuação

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	Consolidado	
	2023	2022
Riscos cíveis (a)	92.357	374.635
Riscos trabalhistas (b)	1.305	3.044
Ambiental (c)	8.205	4.080
Admin./Judic. tributário (d)	66.363	62.422
Total	168.230	444.181

(a) Ações cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 96.937 (R\$ 35.039 em 31 de dezembro de 2021), referente a (i) vinte e uma ações indenizatórias em face de Elera, no montante de R\$ 47.954; (ii) quatorze ações indenizatórias em face de Barra do Braúna, incorporada pela Elera em 01/11/2022, além de um mandado de segurança impetrado em face da ANEEL, no montante de R\$ 4.440; (iii), uma demanda regulatória ajuizada por Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, no montante de R\$ 39.393.

Elera Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 66 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação indenizatória.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

a) Ações cíveis--Continuação

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem 2 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 21.700 (R\$ 37.352 em 31 de dezembro de 2022), sendo: (i) uma ação indenizatória cumulada com pedido de obrigação de fazer proposta por 50 autores contra 6 empreendedores de geração de energia com operação na bacia do Rio Jauru; (ii) uma ação regulatória proposta pela companhia. Em fevereiro de 2023 uma ação cível movida contra a companhia SAJESA no valor de R\$ 19.209, teve seu prognóstico alterado de possível para provável.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem quatro processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 10.706 (R\$ 11.700 em 31 de dezembro de 2022), referente a três ações indenizatórias e uma ação de cobrança.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 301 (R\$ 286 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação demarcatória..

Serra Negra Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo cível administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 5 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração do CREA-GO.

(b) Ações trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.264 (R\$ 3.007 em 31 de dezembro de 2022), referentes a quatro reclamações trabalhistas em face de Elera, no montante de R\$ 1.738; (ii) três reclamações trabalhistas em face de Itiquira, incorporada em 02/10/2022, no montante de R\$ 1.269.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 41 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma reclamação trabalhista.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(c) Ações ambientais

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 367, referente a: (i) quatro autuações administrativas ambientais em face de Elera, no montante de R\$ 110; (ii) uma indenizatória ambiental no montante de R\$ 258.

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 5 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2022).

Água Clara Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2022).

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2023, existem contingências classificadas como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 23 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referentes a duas autuações administrativas ambientais.

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(c) Ações ambientais--Continuação

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos ambientais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 7.791 (R\$ 1.927 em 31 de dezembro de 2022), referentes a cinco autos de infração e quarenta e sete indenizatórias. Constam, ainda, três ações ajuizadas em 2021 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

Rio Manhuaçu Energética Ltda

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo ambiental, classificado como perda possível no montante de R\$ 15 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração.

(d) Administrativas e tributárias

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 61.125 (R\$ 52.012 em 31 de dezembro de 2022), referentes a: (i) duas ações de cobrança; (ii) uma ação anulatória; (iii); quatro autos de infração e um auto de fiscalização (iv) um processo administrativo de compensação (v) quatro execuções fiscais e (vi) um mandado de segurança.

Cotiporã Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos administrativos tributários classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 353 (R\$ 347 em 31 de dezembro de 2022) referentes a duas autuações.

Elera Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 301 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma execução fiscal.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 279 (R\$ 591 em 31 de dezembro de 2022) referentes a três execuções fiscais.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(d) Administrativas e tributárias--Continuação

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 185 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2022), referente a pedido de compensação.

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2023, existe um processo administrativo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$ 928 (R\$ 912 em 31 de dezembro de 2022), referente a auto de infração.

Galera Centrais Elétricas

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 195 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) referentes a uma execução fiscal e uma anulatória.

Linha Emília Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$ 388 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) referente a um auto de infração.

Rio Pomba Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem três processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 854 (R\$ 840 em 31 de dezembro de 2022), referentes a três autuações.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante total de R\$ 1.091 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração.

Serra Negra Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante total de R\$ 113 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(d) Administrativas e tributárias--Continuação

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 471 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2022), referentes a um auto de fiscalização e três autos de infração.

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2022).

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Campos de Cima da Serra

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2022).

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 334 em 31 de dezembro de 2022).

Centrais Hidrelétricas Grapon

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 1.905 em 31 de dezembro de 2022).

Riachão Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 211 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Salto Natal

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 2.099 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(d) Administrativas e tributárias--Continuação

Rio Glória Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 906 em 31 de dezembro de 2022).

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 297.885 (em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 901.439) dividido em 752.966.986 (setecentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 26 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram redução de capital no montante de R\$ 603.554, por considerá-la excessiva em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora-- Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas diretas e indiretas da Sociedade realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores serão transferidos a conta de “Lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado será depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

A Sociedade registrou R\$ 8.574, sendo R\$ 7.000 referente a parcela do acionista controlador e o restante, referente a parcela do acionista não controlador Itisa R\$ 1.574, sendo este de acordo com a participação após a reestruturação societária, uma vez que os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado de Barra do Brauna realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados ao patrimônio líquido na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”, e devido a reorganização societária a reavaliação de Barra do Brauna possui a configurar uma diferença temporária para fins de apuração de impostos de rendas diferidos, e consequentemente a Sociedade reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferida passivo, sobre o ativo reavaliado, tendo seu impacto registrado no patrimônio líquido. Anteriormente a reorganização societária e incorporação da Brauna, o imposto de renda e contribuição social não eram reconhecidos em função da Barra do Brauna ser optante do regime de tributação do lucro presumido.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 26 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 17.569.

Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora-- Continuação

d) Dividendos--Continuação

complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 45.000.

Em 11 de julho de 2023, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 38.718.

Em 01 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 146.849.

Em 01 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 16.548.

Em 23 de março de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 208.009.

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Número de ações ordinárias no início do exercício (em milhares)	1.060.903	1.060.903	1.060.903	1.060.903
Número de ações ordinárias no término do exercício (em milhares)	752.967	1.060.903	752.967	1.060.903
Lucro líquido do exercício	240.575	318.826	298.577	358.997
Número médio ponderado das ações no exercício	1.035.241	1.060.903	1.035.241	1.060.903
Lucro básico por ação – em reais	0,23	0.30	0,23	0.34
Lucro diluído por ação – em reais	0,29	0.30	0,29	0.34

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora-- Continuação

f) Outros resultados abrangentes

A parte efetiva das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, de acordo com o CPC 48, são reconhecidos pela Companhia no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes. Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte efetiva das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023 foi registrado o valor de R\$ 696 em outros resultados abrangentes referente à contratação de instrumentos financeiros derivativos conforme nota explicativa 27.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Participação dos acionistas não controladores

2023

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Elera Renováveis S.A.	18,35%	2.468.249	293.615	452.924	53.882
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	58.539	29.145	17.552	8.733
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	5.384	(19.334)	12.777	(4.613)
Total				483.253	58.002

2022

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Elera Renováveis S.A.	18,35%	2.522.233	351.228	462.862	31.837
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	54.649	22.837	16.395	6.851
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	71.167	6.204	17.020	1.483
Total				496.277	40.171

(**) Devido a incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A. em 03/10/2022, a Itisa Holding LLC (acionista da Itiquira) passou a ter participação sobre o patrimônio líquido da Elera Renováveis S.A.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Participação dos acionistas não controladores--Continuação

Movimentação dos acionistas não controladores:

2023

	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2023
Elera Renováveis S.A.	462.862	53.882	(43.583)	473.161
Serra Negra Energética S.A.	16.395	8.733	(7.576)	17.552
Salto Jaurú Energética S.A.	17.020	(4.613)	370	12.777
	<u>496.277</u>	<u>58.002</u>	<u>(50.789)</u>	<u>503.490</u>

2022

	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Incorporação Itiquira	Impostos sobre Reavaliação Positiva	Saldo em 2022
Elera Renováveis S.A.	-	31.837	(16.682)	449.281	(1.574)	462.862
Serra Negra Energética S.A.	19.225	6.851	(9.681)	-	-	16.395
Salto Jaurú Energética S.A.	16.817	1.483	(1.280)	-	-	17.020
	<u>36.042</u>	<u>40.171</u>	<u>(27.643)</u>	<u>449.281</u>	<u>(1.574)</u>	<u>496.277</u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	2023	2022
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	1.432.252	1.293.579
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	77.781	337.502
Venda de energia elétrica – comercialização	41.452	99.475
Resultado com MRE e CCEE (*)	132.790	52.571
Taxa de administração	-	2.762
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	2.009	12.225
Serviços de administração - partes relacionadas	24.174	13.556
	1.710.458	1.811.670
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(75.288)	(79.568)
PIS	(35.557)	(38.725)
COFINS	(163.830)	(178.421)
ISS	(1.738)	(1.969)
Receita operacional líquida	1.434.045	1.512.987

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica	-	-	243.259	185.314
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	-	95.850	561.484
Compra de energia elétrica – Comercialização	-	-	37.882	91.273
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	-	-	(66.993)	(182.020)
Royalties ANEEL	-	-	52.585	27.317
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	16	41
	-	-	362.599	683.409
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	-	-	2.689	2.372
Viagens	-	-	3.081	2.534
Serviços de terceiros	-	-	41.951	33.072
Seguros	-	-	27.637	25.764
Pessoal	-	-	61.187	61.590
Depreciação e amortização	-	-	232.608	121.399
Manutenção	-	-	8.420	4.718
MRE/CCEE (*)	-	-	47.651	31.665
Telecomunicações	-	-	4.170	3.945
Aluguéis e utilidades	-	-	150	199
Promoção e publicidade	-	-	242	176
Doações	-	-	22	156
Outros	-	-	3.452	3.723
	-	-	433.260	291.313
Total do custo de geração de energia	-	-	795.859	974.722
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	-	4	7.813	9.014
Viagens	1	-	3.494	2.244
Serviços de terceiros	154	449	28.666	28.168
Seguros	-	-	308	211
Pessoal	2	79	83.390	85.164
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	545	566
Depreciação e amortização	-	-	29.416	29.565
Manutenção	-	-	236	274
MRE/CCEE (**)	-	-	-	12
Taxa de administração	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	134	136
Royalties ANEEL	-	-	-	10
Aluguéis e utilidades	-	-	4.582	4.549
Promoção e publicidade	31	32	2.158	1.946
Rateio de despesas (*)	-	-	-	(10.927)
Doações	-	-	296	201
Outros	-	-	1.564	1.902
Total das despesas gerais e administrativas	188	564	162.602	153.035
Total de custos e despesas gerais e administrativas	188	564	958.461	1.127.757

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$ 70.838 em 31 de dezembro de 2021 devido ao registro da extensão de outorga do GSF.

(**) A BER possui comum acordo com suas controladas, contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado	
	2023	2022
Receita por indenização de seguro	(69)	584
Impairment	(27.742)	-
Multas e juros sobre tributos	(727)	(519)
Provisão de contingências	(23.586)	-
Perda na venda de ativos	(556)	(1.051)
Baixa e atualização de projetos (*)	(13.027)	(6.800)
Indenização usinas de ZMT - Neblina e Sinceridade (nota 8)	-	79.221
Outros	(4.667)	(10.874)
Total	(70.374)	60.561

(*) Corresponde aos custos incorridos pela Sociedade no estudo da aquisição de novos projetos de investimento.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	146	-	19.489	19.776
Variação monetária e cambiais, líquidas (*)	4.404	-	4.465	118
Resultado instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	-	4.025	14.534
Ervália e Coronel Domiciano (Nota 13)	-	-	726	726
Juros sobre mútuos	-	-	-	479
Receita de contra prestação de garantia	-	-	12.562	-
Outros	2	-	2.726	689
Total	4.552	-	43.993	36.322
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	853	-	129.607	125.301
Juros sobre arrendamento	-	-	3.283	3.166
Despesas com letras de crédito	-	-	973	617
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	728
Multas e encargos sobre empréstimos	-	1	340	286
Atualização de contingências	-	-	3.844	1.146
Imposto sobre operações financeiras	2.428	-	4.723	4.005
Impostos sobre receita financeira	7	-	7	-
Despesas com juros e descontos concedidos	-	-	-	45
Correção monetária UBP	-	-	158	237
Total	3.288	1	142.935	135.531

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2023	2022
Corrente		
Imposto de renda	21.592	20.752
Contribuição social	11.296	10.515
Total do imposto corrente	32.888	31.267
Diferido		
Imposto de renda	(4.622)	(14.228)
Contribuição social	(1.664)	(4.884)
Total do imposto diferido	(6.286)	(19.112)
Total com despesas de impostos	26.602	12.155

Em 31 de Dezembro de 2023, a controladora possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$ 415.258 (R\$ 345.610 em 31 de Dezembro de 2022), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 2023 e 2022 são de R\$ 1.221.348 e R\$ 1.016.500.

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos do consolidado:

	Consolidado	
	2023	2022
Tributos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa	7.146	10.427
Arrendamentos	783	651
PLR	6.495	6.884
Cont. Tributária	3.795	3.425
Cont. Cível	243	1.531
Demais Provisões	1.427	2.135
Operação de Liquidação Futura	(3.290)	(1.921)
Extensão Outorga – GSF	(16.164)	(21.355)
Custo atribuído ativo imobilizado	(20.398)	(28.026)
Total tributos diferidos, líquidos	(19.963)	(26.249)

Na incorporação, os saldos das diferenças temporárias de ITIQUIRA e BRAUNA foram somados aos da ELERA e seus respectivos impostos diferidos foram reconhecidos contabilmente no período.

O imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal foram reconhecidos em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária, conforme CPC 32, item 35.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

As controladas da sociedade, optantes pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

A ELERA registrou, em 2023 imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária (item 36^a/ CPC32).

Consolidado

As controladas BET, COINCE, ESCURA e IGARAP possuem imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$20.532, R\$13.127, R\$2.619 e R\$1 em 31 de Dezembro de 2023 (R\$ 21.382, R\$ 13.137, R\$2.618 e zero em 31 de Dezembro de 2022), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 31 de Dezembro de 2023 é de R\$60.388, R\$38.609, R\$7.705 e zero (R\$ 62.888, R\$ 38.639, R\$7.698 e zero em 31 de Dezembro de 2022), respectivamente.

A Controladora e as controladas da sociedade, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	325.179 34%	371.152 34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	110.567	126.191
Adições e exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Amortização mais valia	2.614	3.409
Diferencial tributação presumido	(121.518)	(169.872)
Constituição/Reversão créditos fiscais diferido	31.953	49.674
Compensação prejuízo fiscal	-	(860)
Outras adições	2.992	3.612
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	26.602	12.155
(%) Alíquota efetiva	8,14%	3,27%

(*) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Contas a receber	(a)	-	-	-	-
Água Clara Energética S.A	(a)	18	-	-	-
ALEX Energia Participações S.A	(a)	-	-	68	74
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex III Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex IV Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex IX Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex V Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex VI Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex VII Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex VIII Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Alex X Energia SPE S.A.	(a)	-	-	41	74
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	25.566	27.164
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	11	-	-	-
Brasil Central Energia Ltda.	(a)	-	-	-	-
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A	(a)	18	-	-	-
Brookfield Renewable e Energy Group LLC	(a)	-	-	6.732	4.373
Brookfield Renewable Power Inc.	(a)	-	-	10.738	6.172
Brookfield Renewable Power.	(a)	-	-	-	434
Caçador Energética S.A	(a)	22	-	-	-
Cachoeira Escura Energética Ltda	(a)	4	-	-	-
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(a)	-	-	28	94
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(a)	-	-	33	114
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(a)	-	-	72	252
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(a)	-	-	100	349
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(a)	-	-	105	368
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(a)	-	-	39	133
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(a)	-	-	83	291
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(a)	-	-	100	350
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(a)	-	-	89	315
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(a)	-	-	83	291
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(a)	-	-	94	329
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(a)	-	-	22	74
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(a)	-	-	195	370
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(a)	-	-	67	227
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda	(a)	22	-	-	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	-	-	657	237
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(a)	-	-	119	226
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(a)	-	-	287	226
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(a)	-	-	287	226
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(a)	-	-	119	226
Central Geradora Eólica Seridó V S.A.	(a)	-	-	119	226
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(a)	-	-	95	226
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(a)	-	-	287	226
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(a)	-	-	287	226
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.	(a)	-	-	571	226
Companhia canadense de investimentos em energia s.a. (COINCE)	(a)	9	-	-	-

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Cotiporã Energética S.A.	(a)	22	-	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	-	-	16.905	58.253
Elera Renováveis S.A	(a)	203	-	-	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(a)	30	-	-	-
Energética Ponte Alta S.A	(a)	22	-	-	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(a)	22	-	-	-
Energética Salto Natal S.A	(a)	22	-	-	-
Eólica Faísa I S.A	(a)	-	-	350	-
Eólica Faísa II S.A	(a)	-	-	347	-
Eólica Faísa III S.A	(a)	-	-	346	-
Eólica Faísa IV S.A	(a)	-	-	346	-
Eólica Pontal 2a S.A	(a)	-	-	104	-
Eólica Pontal 2b S.A	(a)	-	-	54	-
Eólica Pontal 3b S.A	(a)	-	-	130	-
Gacel Participações S.A.	(a)	-	-	1.526	2.754
Galera Centrais Elétricas S.A.	(a)	33	-	198	134
Geração Bioeletricidade Holding S.A	(a)	-	-	250	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	-	-	49	166
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	-	-	439	166
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	-	-	110	89
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	-	-	430	304
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(a)	-	-	48	161
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(a)	-	-	48	159
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(a)	-	-	48	140
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	-	-	48	164
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(a)	-	-	48	161
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	-	-	140	618
Irapuru I Energia S.A	(a)	-	-	177	-
Irapuru II Energia S.A	(a)	-	-	177	-
Irapuru III Energia S.A	(a)	-	-	177	-
Irapuru IV Energia S.A	(a)	-	-	177	-
Irapuru V Energia S.A	(a)	-	-	177	-
Irapuru VI Energia S.A	(a)	-	-	177	-
Irapuru VII Energia S.A	(a)	-	-	176	-
Itiquira Energética S.A.	(a)	-	-	2	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	534	68
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	102	68
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	101	68
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	13	-	104	68
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	12	-	101	68
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	63	-
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(a)	70	-	136	7
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	63	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	62	-

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	62	-
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	62	-
Lagoa Azul Energética S.A.	(a)	22	-	-	-
Linha Emília Energética S.A.	(a)	22	-	-	-
Lumbrás Energética S.A.	(a)	16	-	-	-
Mirante Energética S.A.	(a)	-	-	7	-
Pantanal Energética Ltda.	(a)	11	-	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	-	-	20	216
Pezzi Energética S.A.	(a)	44	-	69	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	-	246
Rio Casca Energética S.A.	(a)	-	-	5.526	-
Rio Galera Energética S.A.	(a)	22	-	-	-
Rio Glória Energética Ltda	(a)	22	-	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda	(a)	18	-	-	-
Rio Pomba Energética Ltda	(a)	22	-	-	-
Salto Jaurú Energética Ltda	(a)	35	-	-	-
Santa Ana Energética S.A.	(a)	-	-	-	-
São Geraldo Energética Ltda	(a)	22	-	-	-
Savana Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	68	244
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(a)	44	-	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(a)	44	-	-	-
Serra Negra Energética S.A.	(a)	33	-	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	-	-	6	50
Tangará Energia S.A.	(a)	-	-	214	650
Zona da Mata Geração S.A.	(a)	56	-	-	-
Outros	(a)	-	-	3.648	1.996
		1.142	-	82.405	112.341

Ativo

Dividendos a receber

Elera Renováveis S.A.	(b)	76.028	131.303	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	-	-	-	126
Galera Centrais Elétricas S.A.	(b)	-	-	9.456	12.902
		76.028	131.303	9.456	13.028

Passivo

Contas a pagar

TerraForm Global Holding Spain 2 SLU	(d)	-	-	18	18
Alex Energia Participações S.A.	(d)	-	-	34	-
Alex I Energia SPE S.A.	(d)	-	-	40	2.097
Alex X Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.102
Alex III Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.080
Alex IV Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.085
Alex V Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.092
Alex VI Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.094
Alex VII Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.056
Alex VIII Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.086
Alex IX Energia SPE S.A.	(d)	-	-	-	2.099

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Apollo Comercializadora Ltda.	(d)	-	-	39	2.803
Brasil Central Energia Ltda.	(d)	-	-	-	-
Elera Renováveis S.A.	(d)	-	-	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(d)	-	-	9.534	14.865
Elera Energia Comercializadora Ltda	(d)	266	-	-	-
Bela Vista Energética Ltda.	(d)	-	-	-	-
Geração Bioeletricidade Holding Ltda	(d)	-	-	250	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(d)	-	-	-	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(d)	-	-	-	1.797
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(d)	-	-	-	2.502
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(d)	-	-	926	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(d)	-	-	388	4.129
Itiquira Energética S.A.	(d)	-	-	-	-
Janaúba Holding S.A.	(d)	-	-	-	-
Janaúba I Geraçã Solar Energia S.A	(d)	-	-	245	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda	(d)	-	-	3	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A	(d)	-	-	209	-
Spece Cristina Energia S.A	(d)	-	-	104	-
Santa Ana Energética S.A.	(d)	-	-	-	-
Tangará Energia S.A.	(d)	-	-	59	7
		266	-	11.849	44.912

Passivo

Dividendos a pagar

Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(e)	-	-	-	47
BP Brazil US Subco LLC.	(e)	18.819	153.227	18.819	153.227
Itisa Holding LLC.	(e)	-	-	17.088	39.193
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(e)	-	-	2.810	2.967
Acionista não controlador de Serra Negra	(e)	-	-	2.063	4.354
		18.819	153.227	40.780	199.788

Mútuos a pagar

BP Brazil US Subco LLC.	(f)	-	-	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(f)	-	-	6.732	6.732
Itiquira Energética S.A.	(f)	-	-	-	-
		-	-	6.732	6.732

Receita

Venda de energia

Apollo Comercializadora Ltda.	(g)	-	-	25.753	41.245
Elera Gestão e Energia S.A.	(g)	-	-	17.847	270.307
Itiquira Energética S.A.	(g)	-	-	-	1.923
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A	(g)	-	-	2.028	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A	(g)	-	-	2.765	-
Tangará Energia S.A.	(g)	-	-	412	-
Outros	(g)	-	-	28.976	24.027
		-	-	77.781	337.502

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Receita	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita com serviços de administração					
Alex New Energies Investimentos e Participações S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex I Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex X Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex III Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex IV Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex V Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex VI Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex VII Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex VIII Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Alex IX Energia SPE S.A.	(h)	-	-	242	168
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(h)	-	-	169	159
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(h)	-	-	203	192
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(h)	-	-	289	279
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(h)	-	-	578	530
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(h)	-	-	471	294
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(h)	-	-	289	279
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(h)	-	-	289	253
Geração Eólica Renascença II S.A.	(h)	-	-	289	275
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(h)	-	-	289	272
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(h)	-	-	289	275
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(h)	-	-	289	277
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(h)	-	-	300	197
Eólica Faísa I S.A	(h)	-	-	346	-
Eólica Faísa II S.A	(h)	-	-	346	-
Eólica Faísa III S.A	(h)	-	-	346	-
Eólica Faísa IV S.A	(h)	-	-	346	-
Eólica Faísa V S.A	(h)	-	-	346	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(h)	-	-	406	392
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(h)	-	-	439	422
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(h)	-	-	608	585
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(h)	-	-	638	616
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(h)	-	-	237	225
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	315	-
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	315	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	315	-
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	220	-
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	315	-
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	283	43
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	430	43

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(h)	-	-	507	487
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(h)	-	-	608	586
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(h)	-	-	541	521
PCH Zé Tunin S.A.	(h)	-	-	77	66
Phoenix Geração de Energia S.A.	(h)	-	-	409	395
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(h)	-	-	507	488
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(h)	-	-	574	552
Eólica Pontal 2a S.A.	(h)	-	-	104	-
Eólica Pontal 2b S.A.	(h)	-	-	54	-
Eólica Pontal 3b S.A.	(h)	-	-	130	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(h)	-	-	135	127
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(h)	-	-	642	619
Savana Geração de Energia S.A.	(h)	-	-	409	395
SPE Cristina Energia S.A.	(h)	-	-	37	35
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(h)	-	-	407	389
Tangará Energia S.A.	(h)	-	-	1.028	1.092
		-	-	-	-
		-	-	24.174	13.556
Receita com serviços de O&M					
Brasil Central Energia Ltda.	(i)	-	-	-	955
Galera Centrais Elétricas S.A.	(i)	-	-	2.009	1.851
Itiquira Energética S.A.	(i)	-	-	-	9.419
		-	-	2.009	12.225
Receitas financeiras					
Rio Casca Energética S.A.		-	-	12.562	-
Itiquira Energética S.A.	(j)	-	-	-	479
		-	-	12.562	479
Custo					
Compra de energia					
Alex I Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(152)	24.914
Alex X Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(64)	24.614
Alex III Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(149)	24.549
Alex IV Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(150)	24.858
Alex V Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(145)	24.455
Alex VI Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(154)	24.454
Alex VII Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(59)	24.951
Alex VIII Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(70)	24.371
Alex IX Energia SPE S.A.	(k)	-	-	(66)	24.752
Apollo Comercializadora Ltda.	(k)	-	-	7.352	29.397
Brasil Central Energia Ltda.	(k)	-	-	-	29.010
Elera Gestão e Energia S.A.	(k)	-	-	70.718	93.482
Bela Vista Energética Ltda.	(k)	-	-	-	20.079
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(k)	-	-	-	21.155
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(k)	-	-	-	29.457
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(k)	-	-	12.030	11.138
Galera Centrais Elétricas S.A.	(k)	-	-	2.476	425
Itiquira Energética S.A.	(k)	-	-	-	98.281
PCH Zé Tunin S.A.	(k)	-	-	4.188	3.905
Santa Ana Energética S.A.	(k)	-	-	-	3.069
SPE Cristina Energia S.A.	(k)	-	-	95	168
		-	-	95.850	561.484

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas financeiras				
Itiquira Energética S.A.	(l)	-	-	31.662
		-	-	31.662
Outros custos				
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(m)	-	-	945
		-	-	945

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (f) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (h) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (i) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (j) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (k) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (l) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (m) Valores referentes às despesas com aluguel da sede administrativa da Sociedade.

Em 2023 a remuneração dos administradores foi de R\$552.

26. Seguros

Controladas em operação

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá

26. Seguros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 o total da cobertura assegurada para os bens administrativos da Sociedade é de R\$ 37.238 (R\$ 29.821 em 31 de dezembro de 2022).

27. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	68	68	-	25	25
Contas a receber	1.142	-	1.142	-	-	-
Dividendos a receber	76.028	-	76.028	131.303	-	131.303
	77.170	68	77.238	131.303	25	131.328

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	82.286	82.286	-	59.102	59.102
Contas a receber	311.348	-	311.348	314.656	-	314.656
Dividendos a receber	9.456	-	9.456	13.028	-	13.028
Contratos de comercialização de energia	-	120.769	120.769	-	45.723	45.723
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	28.638	28.638	-	29.560	29.560
Uso do Bem Público - UBP -						
Direitos de outorga	14.779	-	14.779	15.770	-	15.770
Ativo financeiro	17.907	-	17.907	15.979	-	15.979
	353.490	231.693	585.183	359.433	134.385	493.818

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	Controladora			
	2023		2022	
	Custo amortizado	A valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	A valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Contas a pagar	1.074	-	2	-
Dividendos a pagar	18.819	-	153.227	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	696	-	-
	19.893	696	153.229	-

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros	Consolidado							
	2023				2022			
	Custo amortizado	A valor por meio resultado	A valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total	Custo amortizado	A valor por meio resultado	A valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Contas a pagar	119.160	-	-	119.160	126.457	-	-	126.457
Arrendamento	23.585	-	-	23.585	32.371	-	-	32.371
Dividendos a	40.780	-	-	40.780	199.788	-	-	199.788
Contratos de		110.463	-	110.463	-	40.072	-	40.072
Empréstimos,	1.739.808	-	-	1.739.808	1.035.989	-	-	1.035.989
Instrumento	-	-	696	696	-	-	-	-
Uso do Bem	10.498	-	-	10.498	15.306	-	-	15.306
	1.933.831	110.463	696	2.044.990	1.409.911	40.072	-	1.449.983

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	82.286	59.102
Depósitos restituíveis e valores vinculados	28.638	29.560
Contratos de comercialização de energia	120.769	45.723
Total ativo:	231.693	134.385
Contratos de comercialização de energia	110.463	40.072
Instrumentos financeiros derivativos	696	-
Total passivo:	111.159	40.072

- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Gestão de risco--Continuação

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas indiretas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas indiretas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Gestão de risco--Continuação

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco hidrológico*--Continuação

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que as controladas indiretas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, as controladas indiretas da Sociedade tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

As controladas indiretas da Sociedade detêm outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs). No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei 14.120, de 01 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas indiretas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

viii) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., controlada direta da Sociedade, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui ainda o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Sociedade possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Gestão de risco--Continuação

Instrumentos financeiros	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Alta PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(171.866)	(214.833)	(257.799)
Contratos futuros de energia – Venda	181.542	226.928	272.313
Total Líquido – Cenário Alta PLD	9.676	12.095	14.514

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Baixa PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(171.866)	(128.900)	(85.933)
Contratos futuros de energia – Venda	181.542	136.157	90.771
Total Líquido – Cenário Baixa PLD	9.676	7.257	4.838

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia, bem como hedge de fluxo de caixa como objetivo da proteção a exposição a variação cambial da dívida captada em moeda estrangeira.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativo	Taxa de juros	2023
Instrumento financeiro derivativo – ponta ativa	USD + 7,724%	(1.469)
Instrumento financeiro derivativo – ponta passiva	CDI + 1,20%	2.165
		696

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Derivativos—Continuação

Essa análise tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis no mercado de instrumentos financeiros da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação da análise. As informações demonstradas no quadro abaixo, mensuram contextualmente o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em função do risco destacado.

A seguir a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do SWAP da Companhia.

Instrumentos financeiros	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Instrumento financeiro derivativo – ponta ativa	(1.469)	(1.836)	(2.203)
Instrumento financeiro derivativo – ponta passiva	2.165	2.706	3.247
Total do efeito líquido	696	870	1.044

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Instrumento financeiro derivativo – ponta ativa	(1.469)	(1.102)	(735)
Instrumento financeiro derivativo – ponta passiva	2.165	1.624	1.083
Total do efeito líquido	696	522	348

28. Eventos subsequentes

Entre abril e maio de 2024 a região do sul do país, e mais especificamente o estado do Rio Grande do Sul, foi impactada por fortes precipitações pluviométricas, muito superiores aos registros históricos mais recentes. Como resultado, diversos municípios do estado foram completamente inundados pelas águas. Com relação aos empreendimentos da companhia localizados na região, pudemos constatar o alagamento da casa de força da PCH Cotiporã, na sub-estação da PCH Linha Emília, além de obstrução de estradas de acessos em várias outras usinas hidrelétricas.

A administração da companhia implementou plano de recuperação e não espera impactos financeiros relevantes, considerando a cobertura das apólices de seguro vigentes e a inclusão das referidas usinas no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

A captação realizada pela sociedade em 26 de dezembro de 2023 junto ao BNP Paribas no valor de R\$ 800.000, teve seu valor de juros e principal na data do vencimento em 25 de março de 2024 totalmente liquidado, havendo uma nova captação na mesma data, com o mesmo valor e com o novo vencimento em 10 de maio de 2024. Na data do novo vencimento a dívida foi novamente renegociada havendo liquidação de juros e principal e uma nova captação no mesmo valor com o novo vencimento em 24 de julho de 2024. Na data do novo vencimento a dívida foi novamente renegociada havendo liquidação de juros e principal e uma nova captação no mesmo valor com o novo vencimento em 08 de agosto de 2024. Em todas as renegociações as condições do financiamento permaneceram inalteradas, assim não havendo impacto relevante quanto ao impacto financeiro futuro.

29. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 07 de agosto de 2024.